

O boletim eletrônico semanal **Biblioteca Informa** é produzido pela equipe da **Biblioteca de Pinheiro Neto Advogados**. A publicação compila atos recentes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Também traz notícias da firma e artigos sobre temas jurídicos de interesse.

**PERIODICIDADE**

Semanal

**SÓCIO RESPONSÁVEL**

[Raphael de Cunto](#)

**GERENTE DA BIBLIOTECA**

Patrícia Gaião

**CONTATO**

[pna@pn.com.br](mailto:pna@pn.com.br)

Este boletim tem caráter genérico e informativo, não constituindo opinião legal para qualquer operação ou negócio específico. Para mais informações, entre em contato com nossos advogados ou visite o website [www.pinheironeto.com.br](http://www.pinheironeto.com.br).

- Poder Executivo
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo

- Artigos Recentes na Web



↑ [voltar ao início](#)



FOTO: ADOBE STOCK

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

## Decreto regulamenta artigo que trata da educação a distância na lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

O presidente da República promulgou o **Decreto nº 9.057**, regulamentando a Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (DOU Seção I, de 29.5.2017).

## Regulamentada a aceitação de garantias no exterior para investidores não residentes no País

O Banco Central do Brasil expediu a **Resolução nº 4.569**, dispondo sobre o depósito de garantias no exterior para aplicações de investidores não residentes no Brasil nos mercados financeiro e de capitais no País, cursadas no âmbito de câmaras e de prestadores de serviços de compensação e de liquidação (DOU Seção I, de 30.5.2017).

## Aprovada resolução sobre o credenciamento parcial dos prestadores de serviço de auditoria cooperativa

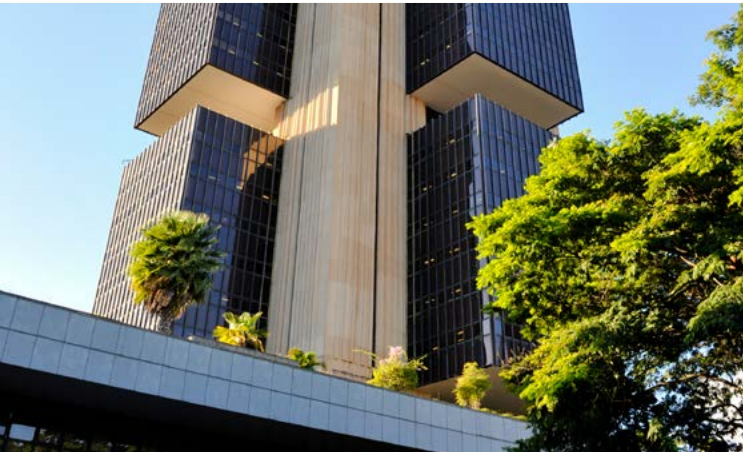
O Banco Central do Brasil expediu a **Resolução nº 4.570**, alterando a Resolução nº 4.454 de 2015, que dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito (DOU Seção I, de 30.5.2017).

- Poder Executivo
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo

- Artigos Recentes na Web



↑ [voltar ao início](#)



EDIFÍCIO SEDE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.  
FOTO: JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

## Alteração nas regras de prestação de informações relativas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR)

O Banco Central do Brasil expediu a **Resolução nº 4.571**, dispondo sobre o Sistema de Informações de Crédito (SCR) (DOU Seção I, de 30.5.2017).

## Extinta a exigibilidade adicional sobre depósitos de poupança

O Banco Central do Brasil expediu a **Resolução nº 4.572**, alterando o regulamento contido na Resolução nº 3.932 de 2010, que consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (DOU Seção I, de 30.5.2017).

## Banco Central ajusta normas aplicáveis às operações contratadas pelo Pronaf

O Banco Central do Brasil expediu a **Resolução nº 4.575**, ajustando normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (DOU Seção I, de 1.6.2017).

## Congresso rejeita vetos presidenciais e estabelece nova regra para cobrança do ISS em municípios

Quando da análise da **Lei Complementar nº 157/2016**, o presidente Michel Temer havia vetado alguns dispositivos específicos, dentre eles os dispositivos que pretendiam alterar o local de recolhimento do ISS para as atividades de planos de saúde, administração de cartões de crédito e débito e de leasing, franchising e factoring. O Congresso Nacional, entretanto, rejeitou os vetos presidenciais e, com isto, a Lei Complementar 157 de 2016 foi novamente publicada com a inclusão dos artigos anteriormente vetados (DOU Seção I, de 1.6.2017).

## Decreto altera regras da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal

O presidente da República promulgou o Decreto nº 9.069, alterando o Decreto nº 9.013 de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283 de 1950, e a Lei nº 7.889 de 1989, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (DOU Seção I, de 1.6.2017).

## Aneel aprimora regulamentação de classificação de unidades consumidoras

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica expediu a **Resolução Normativa nº 768**, alterando a Resolução Normativa nº 414 de 2010, para aprimorar os critérios de classificação das unidades consumidoras (DOU Seção I, de 2.6.2017). ■

- Poder Executivo
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo

- Artigos Recentes na Web



↑ voltar ao início

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

## Reclamação e índice de correção de débitos trabalhistas

A Segunda Turma iniciou julgamento de agravo regimental em reclamação no qual se discute o índice a ser utilizado na correção de débitos trabalhistas. No caso, apontou-se como ato reclamado a decisão do juízo do trabalho da 8ª Vara do Trabalho da Comarca de Porto Alegre que homologou cálculos apresentados por perito contábil nomeado para proceder à liquidação dos débitos trabalhistas constituídos nos autos de reclamação trabalhista, afastando, a partir de 30.6.2009, o disposto no art. 39 da Lei 8.177/1991 (1). O ministro Edson Fachin (relator) negou provimento ao agravo regimental. Entendeu haver ausência de pertinência específica do ato reclamado com as decisões nos processos paradigma [ADIs 4.357 e 4.425 (2)]. Sustentou ser incabível a reclamação constitucional fundada em decisão paradigma sem efeito vinculante e tomada em processo do qual a reclamante não foi parte. O ministro Dias Toffoli deu provimento ao agravo e julgou procedente a reclamação na parte em que homologa a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) como índice de correção do débito trabalhista. Segundo o ministro, outra decisão deve ser

proferida em respeito às circunstâncias do caso concreto e ao devido processo legal. Pontuou que a instância reclamada se equivocou na compreensão da extensão das decisões nos julgados apontados como paradigma, os quais tiveram como objeto apenas as alterações no regime constitucional de pagamento das fazendas públicas por meio de precatórios implementadas pela Emenda Constitucional 62/2009. Afirmou que a Justiça do Trabalho, ao modular a eficácia do disposto no art. 39 da Lei 8.177/1991, procedeu não apenas a uma aplicação equivocada do quanto decidido na Suprema Corte nos referidos paradigmas, mas também usurpou competência do STF para decidir, em última instância e com efeito uniformizador de jurisprudência no controle difuso, matéria constitucional com repercussão geral. O ministro Dias Toffoli ressaltou que, na Rcl 22.012 MC/RS (3), de sua relatoria, foi determinada a suspensão da decisão do Tribunal Superior do Trabalho na qual se fundou o ato ora reclamado. Salientou que foi aplicado o entendimento de que a suspensão deve ser respeitada por todos os órgãos da Justiça do Trabalho. O ministro Edson Fachin indicou adiamento para análise da controvérsia. (1) Lei 8.177/1991: “Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva,



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento”. (2) ADI 4.357/DF, DJE de 26.9.2014; ADI 4.425/DF, DJE de 19.12.2013. (3) Rcl 22.012 MC/RS, DJE de 16.10.2015. Rcl 25980 AgR/RS, rel. Min. Edson Fachin, julgamento em 16.5.2017. (RCL-25980) (Informativo de Jurisprudência do STF nº 865). ■



- Poder Executivo
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo

- Artigos Recentes na Web

28 de maio – 3 de junho de 2017



↑ [voltar ao início](#)



CONGRESSO NACIONAL AO AMANHECER. FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### Isenção tributária – Transporte escolar

**Projeto de Lei nº 376/2017** de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP) propõe isenção tributária para a aquisição de veículos automotores para uso no transporte escolar (ALESP, 30.5.2017).

### Prédios comerciais – Contratação de ascensoristas

**Projeto de Lei nº 2913/2017** de autoria do deputado Rosenverg Reis (PMDB/RJ) determina que prédios comerciais públicos e privados devem disponibilizar ascensorista para operar elevadores com quadro de comando eletrônico modernizado, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ, 2.6.2017).

### Cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS

**Projeto de Lei nº 2910/2017** de autoria dos deputados Martha Rocha (PDT/RJ) e Paulo Ramos (PSOL/RJ) propõe alteração do art. 1º, da Lei nº 7.148, de 17 de dezembro de 2015, que passará a ter a seguinte redação: “Art.1º Será cancelada a inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, armazenar, portar, transportar, estocar, revender ou expor à venda quaisquer bens de consumo, gêneros alimentícios ou quaisquer outros produtos industrializados, fruto de descaminho, roubo e furto, não podendo ser invocado desconhecimento relativo à procedência do bem.” (ALERJ, 2.6.2017).

### Consumo de alimentos/bebidas em locais de entretenimento privados

**Projeto de Lei nº 7773/2017** de autoria da deputada Pollyana Gama (PPS/SP) dispõe sobre a obrigatoriedade de cinemas, teatros, estádios, casas de shows e similares permitirem o consumo de bebidas e alimentos comprados pelo consumidor em outro local (Câmara dos Deputados, 1.6.2017).

### Bancos – Equalização de taxas de juros

**Projeto de Lei nº 7740/2017** de autoria do deputado Covatti Filho (PP/RS) propõe alteração da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural (Câmara do Deputados, 30.5.2017). ■

- Poder Executivo
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo

- Artigos Recentes na Web



BIBLIOTECA DE PINHEIRO NETO ADVOGADOS EM SÃO PAULO.

ARTIGOS RECENTES NA WEB

## Modernização do mercado de câmbio: Comitê Consultivo do Mercado de Câmbio e Código Global de Câmbio

Por Bruno Balduccini, Roberto Panucci, Leonardo Baracat Bedicks

ANEXO BI 2.454

O Banco Central tem se empenhado em aperfeiçoar e simplificar as regras e procedimentos cambiais para reduzir custos de observância e operacionais das entidades reguladas. Em 5 de maio de 2017, o Banco Central deu mais [...]

## O que podemos aprender com o ataque cibernético do WannaCry?

Por Raphael De Cunto e Paulo Henrique Bonomo

ANEXO BI 2.454

Na última sexta-feira, 12 de maio de 2017, um ataque cibernético de escala mundial chamou a atenção para existência de uma simples vulnerabilidade no sistema operacional Windows [...]

## Município de São Paulo regulamenta Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para apresentação de projetos e estudos pela iniciativa privada

Por Ricardo Pagliari Levy e Sofia Preto Villa Real

ANEXO BI 2.453

Em 5.5.2017, foi publicado o Decreto Municipal de São Paulo nº 57.678/17 (Decreto), que estabeleceu o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações [...]